

Tecnologias da Comunicação e desenvolvimento: três aspectos vistos desde o Brasil

Antonio Hohlfeldt*

Resumo

A discussão sobre as TIC's (Tecnologias da Informação e da Comunicação) na vida contemporânea ganha especial relevo em sociedades com grandes diferenças sociais, como o Brasil, onde melhor se pode avaliar sua repercussão. O texto, ancorado em pesquisa bibliográfica, objetiva analisar três dimensões em que a implementação das TIC'S se reverbera: a televisão digital, a educação à distância e o governo eletrônico (e-government). Conclui-se que, apesar do avanço das medidas governamentais visando facilitar o acesso digital do cidadão às informações e serviços públicos, somente se cumprirem suas metas de beneficiar a maior parte da população brasileira é que elas estarão no caminho do desenvolvimento durável, sustentável e humano.

Palavras-chave: Tecnologias da Comunicação. TV digital. Educação à distancia. E-government. Comunicação e desenvolvimento.

Communication's Technology and development: three views since Brazil Abstract

The question about Communication's Technology (TIC's, in Portuguese) in contemporary life has special important in society with great social different levels, like Brazil, where one can better evaluate his repercussion. The text, anchored in bibliographical research, objective to analyze three dimensions where the implementation of the TIC's happens: the digital television, the long-distance education and the e-government. As conclusion, we can see that although of the advance of the governmental measures to facilitate to the digital access of the citizen to the information and public services, it only to be effective if benefit most of the Brazilian population. It is the way of the sustainable and human development.

Keywords: Communication's technology. Digital TV. Long-distance education. E-government. Communication and Development.

* Mestre e doutor em Literatura pela PUC-RS. Jornalista, professor, escritor, e político brasileiro (foi vereador em Porto Alegre e vice-governador do Rio Grande do Sul). Atualmente é docente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e presidente da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (INTERCOM). E-mail: hohlfeldt@pucrs.br.

Tecnologías de la Comunicación y desarrollo: três vistas desde Brasil Resumen

Las TIC's cambiarán la vida contemporánea. Su aplicación ha especial relieve en las sociedades con grandes diferencias sociales, como Brasil, donde mejor se puede avaliar su repercusión. Acá, tomase três casos referenciales: la televisión digital, la educación à distância y el gobierno electrónico, para una avaliación. La discusión sobre la Tecnología de Comunicación (TIC, en portugués) en la vida contemporánea ha especial relieve en las sociedades con grandes diferencias sociales, como Brasil, donde mejor se puede avaliar su repercusión. El texto, baseado en la investigación bibliográfica, objetiva analizar três dimensiones donde sucede la práctica del TIC's: la televisión digital, la educación à distância y el gobierno electrónico. Como conclusión, destacamos qui aunque del avance de las medidas gubernamentales para facilitar al acceso digital del ciudadano a la información y a los servicios públicos, solamente a ser eficaz si ventaja la mayor parte de la población brasileña. Es la manera del desarrollo sostenible y humano. **Palabras clave:** Tecnologías de la Comunicación. TV digital. Educación a distância. E-government. Comunicación y desarrollo.

A Internet é o coração de um novo paradigma sociotécnico que constitui na realidade a base material de nossas vidas e de nossas formas de relação, de trabalho e de comunicação (Manuel Castells)

Apenas o desenvolvimento total de um meio oposto à hierarquização emissor/receptor poderá construir uma esfera pública midiática libertária. A Internet tecnicamente está apta a cumprir esse papel. No entanto, a dinâmica simbólica da distinção põe em risco essa possibilidade (Juremir Machado da Silva).

As duas idéias, expressas pelas epígrafes acima, longe de se contradizerem, completam-se e nos alertam para o fato de que uma discussão em torno das novas tecnologias da informação e da comunicação (TIC's) não deve se vincular estritamente às questões técnicas, mas sim, às políticas.

Essas duas epígrafes também ecoam, indiretamente, o alerta de Jesús Martín-Barbero (2003, p.57), de que pretendemos partir nesse simples conjunto de reflexões: “como entender as mudanças que a globalização produz em nossas sociedades sem sermos enredados pela ideologia mercantilista que orienta e legitima seu curso atual ou pelo fatalismo tecnológico que legitima o desarraigamento acelerado de nossas culturas?”.

Para muitos autores, como Murilo César Ramos (1997) ou Edgar Morin (2002), a atual etapa que vivemos de globalização socioeconômica começou, na verdade, entre os séculos XI e XVI, com o processo das cruzadas européias, de que se seguiria o comércio com o Oriente, e o ciclo das grandes navegações e suas conseqüentes descobertas, desdobrando-se no colonialismo, entre os séculos XVI e XIX, na constituição do capitalismo internacional, a partir do século XIX e, sobretudo, ao longo do século XX. A dissolução do socialismo soviético e a queda do muro de Berlim foram etapas desse movimento, assim como o acelerado desenvolvimento das tecnologias da informação e da comunicação, que chegaram, ao final dos anos 1980, à constituição da Internet e, em 1994, à rede internacional de computadores. Assim, o que experimentamos hoje é uma internacionalização da produção de tecnologia e, sobretudo, de conteúdos, o que justifica a preocupação dos autores citados na abertura desta reflexão.

Mudamos a percepção do espaço. Radicalizamos a existência das diferenças. Aumentamos nosso conhecimento sobre os *outros*. Teoricamente, estamos mais abertos à convivência e à tolerância. As tecnologias, no entanto, longe de criarem novos universos ou condições diferenciadas, na verdade vêm acelerando e intensificando movimentos pré-existentes.

Os desafios da sociedade da comunicação e da informação

Othon Jambeyro (2004, p.69), nos mostra que são três os pilares que constituem a infra-estrutura da sociedade da informação: “a informática, na sua dimensão de produtora de softwares; a estrutura de telemática, enquanto rede de telecomunicações computadorizada, interligada nacional e internacionalmente; e a indústria de equipamentos eletro-eletrônicos”.

Manuel Castells, com a mesma preocupação de Jesús Martín-Barbero, tem procurado se distanciar, quer de uma visão ingênua e ufanista, segundo a qual tal sociedade vai resolver todos os seus problemas e viveremos uma democratização radicalizada; quer de uma visão apocalíptica, para recordarmos aqui termo de Umberto Eco, segundo a qual as novas tecnologias destruiriam toda a comunidade humana.

Neste sentido, é preciso ser muito objetivo e concreto quando estudamos os fenômenos atuais das tecnologias de informação e de comunicação e avaliamos suas conseqüências mas, também, suas potencialidades. Uma eventual geografia da internet, quer aquela dos usuários, quer a dos provedores/produtores de conteúdos, evidencia que ela se concentra nas sociedades industrializadas, mas, sobretudo, que ela se encontra nos grandes centros urbanos, simplesmente porque é neles que existe maior quantidade de informação e esta informação circula com maior celeridade (CASTELLS, 2003).

Registra o autor (2003, p.255-256), ao mesmo tempo, que a conectividade tem diminuído proporcionalmente a divisão social, ainda que, em sentido estrito, a internet não mude nenhuma situação pré-existente, conforme algumas pesquisas evidenciaram: quem já mantinha bons relacionamentos, intensifica-os; quem não os possuía, busca substituir tal situação por um aproveitamento maximizado da rede.

Deve-se ter em mente, contudo, que a internet é, sobretudo, uma grande mediadora, uma articuladora de multimídia, e, neste sentido, ela permite um passo avante em relação à situação anterior: pela primeira vez, há possibilidades reais de uma comunicação maciça não-articulada exclusivamente pelas mídias tradicionais.

Outro detalhe importante destacado por Castells (2003) é o fato de que, pela internet, modificam-se as características das comunidades. Até então, conhecíamos comunidades constituídas a partir de idéias (ideologias) e valores afins. Agora, o que se verifica é a articulação de comunidades de maior objetividade, formadas para realizarem determinadas tarefas ou buscarem a concretização de determinados objetivos. Castells, aliás, não é o único a registrar isso. Por se caracterizarem pelo cooperativismo, como forma de interação, tais redes possuem muito mais densidade e eficiência que as antigas redes de relacionamento direto, porque buscam benefícios práticos e materiais, com resultados imediatos, mesmo que distantes de crenças ou de qualquer ordem moral (FREY, 2003).

Pierre Lévy (2003, p.367), dentre outros, considera que a emergência das comunidades virtuais tornou-se um dos maiores acontecimentos sociológicos dos últimos anos, constituindo-se num

processo absolutamente diferenciado, graças à desterritorialização. Ainda que outros autores relativizem o conceito de comunidades virtuais e comunidades sociais, como Denise Correa Araújo (2006, p.66), a verdade é que as comunidades invadiram o planeta e se modificam rapidamente em suas regras e funcionalidade, segundo as necessidades e as iniciativas de seus usuários, como é o caso do Orkut, de que o Brasil é o principal assinante, chegando a 73,84% do total de usuários, fato que surpreendeu até mesmo a seu criador, Orkut Buyukkokten, levando-o a criar, em abril de 2005, a primeira versão em língua não-inglesa no mundo (CORRÊA, 2007, p. 155).

Edgar Morin (2003, p.356/357) nos alerta para a necessidade de não nos deixarmos envolver pelo discurso, antigo e antiquado, do desenvolvimento,

mesmo emendado ou edulcorado como desenvolvimento durável, sustentável ou humano. A idéia de desenvolvimento sempre comportou uma base tecnoeconômica, mensurável pelos indicadores de crescimento e de renda [mas] o desenvolvimento durável não faz mais que temperar o desenvolvimento com a consideração do contexto ecológico, mas sem questionar seus princípios [...] O desenvolvimento, noção aparentemente universalista, também constitui um mito típico do sociocentrismo ocidental, um motor de ocidentalização forçada, um instrumento de colonização de subdesenvolvidos (o Sul) pelo Norte.

Por isso, buscamos aqui refletir sobre a experiência brasileira, a partir de três itens bem objetivos, levando em conta que o Brasil, como a maioria absoluta das nações, variando apenas em sua intensidade, tem igualmente enfrentado a necessidade de se colocar em dia em relação a estas tecnologias. Refiro-me à tv digital, ao uso da educação à distância e a prática do governo eletrônico.

A digitalização do audiovisual

O Brasil vive hoje, no que toca aos meios de Comunicação, e muito especialmente à televisão, uma segunda onda de globalização (RAMOS, 1997, p.135), caracterizada pela convergência digital, o que transforma, conforme disse Santos (2008, p.55), a televisão no equipamento audiovisual mais importante da contemporaneidade. Cosette Castro (2008, p.177), estudando mais aprofundadamente o

tema, prefere chamar a este novo momento como uma segunda comunicação, em que as TIC's se refletem diretamente na televisão, ampliando suas possibilidades enquanto TV digital.

A primeira onda de modernização da televisão brasileira ocorreu ao longo das décadas de 1960 e 1970, logo após o golpe militar de abril de 1964. Ela nasceu nos anos 1950, desdobrando-se timidamente e necessitava de atualização, substituindo-se, pois, as emissoras e rede então existentes, a TV Record e Excelsior e a rede dos Diários Associados, criada por Assis Chateaubriand. Fazia parte do planejamento do governo que então ocupava a administração do Estado com uma dupla finalidade: o controle interno da cidadania e a colocação do país em contato com as grandes potências internacionais. Além de contar com modernos (na época) satélites de comunicação, o Brasil desenvolveu sua rede de telefonia interna e externa, com os sistemas DDD e DDI, além de dar saltos significativos na implantação das redes de televisão, constituindo uma rede que, desde então, tem importância não apenas no país quanto se destaca mundialmente, como a TV Globo.

Para esta segunda onda, contudo, a polêmica é mais ampla, quer pela democracia formal de que o país goza, quer pela divisão que as diferentes correntes envolvidas no projeto apresentam. Para alguns, o país não desenvolve, desta vez, uma política adequada. Visto desde o longínquo, hoje, ano de 1997, o Brasil recém possuía 9 mil quilômetros de rede digital, e precisará mais que o triplo, além de necessitar ligar-se aos países do Mercosul. Várias empresas nacionais e internacionais passaram a disputar a chamada *banda Ku*, ou banda larga, e a Telebrás viu-se desafiada a buscar capitais para cumprir sua missão. A digitalização, segundo Murilo César Ramos (2008, p.27-28), em outro ensaio,

não é apenas uma mudança elementar de plataforma técnica de transmissão de sinais de telecomunicações. Ela traz consigo o potencial de uma mudança paradigmática na oferta de conteúdos audiovisuais à sociedade, da qualidade das imagens à quantidade de programações, da multiplicação de serviços prestados ao potencial interativo dos novos serviços.

Esperava-se, assim, sobretudo num governo popular, que houvesse ampla discussão com a sociedade. Muitos consideram que isso

não ocorreu, restringindo-se a um (falso) debate sobre o modelo adotado. Reclamam, sobretudo, a necessidade de uma forte regulamentação do setor por parte do Estado. Lembram, por exemplo, que a Constituição de 1988, nos seus artigos 221 e 222, mostra preocupação com a manutenção e garantia do idioma português e com os valores culturais do país. No entanto, o caminho seguido pelo governo e sua política teria sido disperso e insuficiente.

Outros, contudo, não se preocupam com o surgimento de uma hipertrópole digital. Para esses, o Brasil está se organizando para vencer a necessidade de uma infra-estrutura básica, capaz de ultrapassar a exclusão social com a inclusão digital, a partir da inauguração do primeiro telecentro da América Latina, na cidade de Brusque, no estado de Santa Catarina, em 1992 (ARAÚJO, 2006, p.67). Assim, as necessidades de acesso à rede, por parte da maior parte da população, estariam sendo potencialmente atendidas, e lembram números significativos: em janeiro de 2000, o Brasil teria 446.444 servidores, segundo o Comitê Gestor da Internet no Brasil¹, ocupando o 13º lugar no mundo e o 3º nas Américas, situação que foi-se modificando aceleradamente: em janeiro de 2005, o Brasil já possuiria 3.934.577 servidores, passando a ser o nono colocado mundial e o segundo nas Américas; e em janeiro de 2007, estaria com 7.422.440 *hosts*, ficando ainda em nona colocação mundial, mas primeira em termos de América do Sul (CASTRO, 2008, p.43, 63-65).

Assim, autores como André Barbosa Filho e Cosette Castro apresentam algumas medidas tomadas pelo Governo brasileiro para acelerar a digitalização brasileira: a criação do FUST, um fundo de contribuição obrigatória a ser constituído por uma contribuição das emissoras de televisão; o FUST prevê o atendimento a regiões remotas e de fronteira, com interesse estratégico para o país; implantação de serviços de digitalização em unidades da administração pública, tanto municipal quanto estadual e federal; implantação de telefonia rural; criação e instalação de Pontos de Serviço de Telecomunicações etc.

Por outro lado, quanto à acessibilidade, o Brasil vem constituindo serviços que assegurem condições aos deficientes auditivos

¹ Ver <http://www.cg.org.br>

e de fala; ampliação significativa dos terminais de telefonia pública em todas as localidades; tudo isso já teria alguns resultados significativos: números recentes indicam que 85% da população brasileira já vivem em áreas atendidas por telefonia; existem hoje mais de 115 milhões de linhas telefônicas, entre fixas e móveis; prevê-se, enfim, que, tendo iniciado o processo de televisão digital em dezembro de 2007, pela cidade de São Paulo, atingiu depois Brasília, Porto Alegre e Rio de Janeiro; as 27 capitais brasileiras deverão dispor do serviço até 2010; em 2013, o sinal digital deverá estar presente em todas as regiões e municípios do país e em 2016 ocorrerá o chamado *switch-off*, ou seja, o desligamento do sinal analógico (CASTRO, 2008, p.43, 63-65, 207).

Trata-se de um negócio de mais de 20 milhões de dólares só no que toca à passagem do modelo analógico para o digital. A opção brasileira pelo modelo híbrido, segundo Cosette Castro e André Barbosa Filho, teria sido a melhor opção, porque garantiu tecnologia nacional combinada com a tecnologia japonesa; desenvolveu um projeto de pesquisa cooperativa entre todas as universidades federais do país; defendeu a ocupação plena do atual parque tecnológico de produção de equipamentos analógicos para a futura produção digital. Mais que isso, o Brasil teria garantido autonomia e vanguarda tecnológica em relação aos demais países – apenas México e Uruguai – que já optaram igualmente pela implantação da televisão analógica. O México assumiu o mesmo modelo norte-americano e o Uruguai preferiu o modelo europeu, já ultrapassado e em modificações, atualmente (CASTRO, 2008, p.49-56).

Enfim, desde um outro ponto de vista, outros pesquisadores se preocupam com o formato da exploração desses serviços por parte da indústria do audiovisual que é, por definição, oligopolística. Para Brittos (2004, p.11, 18-19, 27-29), as atuais estruturas de mercado criam diferentes desafios que são protetores da presença dos atuais grupos, dificultando a entrada de outros empreendedores. Dentre esses, destacam-se os que ele identifica como barreiras à entrada, constituídas especialmente pela existência e propagação dos padrões tecno-estéticos, de um lado, e pela política institucional, do outro. No que diz respeito à política institucional, envolve diretamente os governos. No caso bra-

sileiro, grupos como o de Roberto Marinho certamente possuem poder enorme de barganha, não apenas diretamente junto ao Executivo quanto no Legislativo e até mesmo no Judiciário. Quanto ao padrão tecno-estético, a TV Globo cuidou, desde sua criação, de desenvolver não apenas um determinado padrão estético de identificação quanto alardear a qualidade deste padrão, tornando-o logo referência obrigatória para o espectador brasileiro. Isso permitiu-lhe o desenvolvimento de uma identidade diferenciada e que a aproxima do espectador, do mesmo modo que o cinema de Hollywood se constituiu no mercado internacional como referência mundial.

A novidade que pode quebrar tal liderança, inquestionável, é o fato de que a legislação, que lidava até então com a escassez de canais, típica das necessidades televisivas, com a TV digital passa a ter uma disponibilidade enorme, graças às características da nova tecnologia. Assim, como bem observa Valério Brittos (2004, p.18-19), cresce a importância do Estado como regulador, podendo garantir a quebra do monopólio. Alguns passos importantes foram dados, com a desregulamentação das telecomunicações, em 1992, iniciativa polêmica, mas que possibilitou a criação de uma Agência de Regulação e nova legislação, mais compatível com a realidade atual da indústria audiovisual.

O que vai acontecer portanto, ainda é cedo para se dizer. É um processo em desenvolvimento, difícil, perigoso, desdobrando-se sempre sob pressão, mas que desenha uma outra paisagem para a produção de conteúdos audiovisuais no país.

Essa última observação nos leva ao segundo tema, o ensino a distância.

A educação a distância e suas frustrações

No Brasil, segundo alguns autores, desde os anos 1930 vem-se tentando utilizar os meios audiovisuais pedagogicamente. A referência a essa época remonta ao surgimento do rádio no país, pensado originalmente enquanto modelo associativo e de educação, como o defendera Bertolt Brecht. Contudo, a legislação brasileira só incorporou tal perspectiva em 1996, através da então novel Lei de Dire-

trizes e Bases. A esta altura, havia defasagem na nomenclatura utilizada e na tecnologia disponível (STAHL, 2009).

As experiências com o rádio e a televisão, no Brasil, para a educação à distância, em geral, têm sido frustrantes. O Ministério de Educação e Cultura buscou, junto com a Fundação Roberto Marinho, desenvolver cursos de formação de professores, sem grandes resultados. Também preocupou-se em realizar cursos supletivos para aqueles que não tiveram oportunidade de ir à escola em sua juventude, valendo-se inclusive das estruturas dramáticas da telenovela, já testadas e aceitas pela maioria da população. Assim, criou-se a telenovela *João da Silva*, através da qual buscou-se apresentar conteúdos programáticos com mais fácil assimilação por parte dos potenciais interessados. Foi uma experiência pioneira, mas que também não alcançou o sucesso almejado. Depois, veio a iniciativa de adaptação – mais que isso – de *abrasileiramento* do programa *Sesame Street*, pela mesma TV Globo, com bons resultados, mas que teve de ser interrompido diante de acusações de que haveria desvios culturais nos conteúdos apresentados.

A TV Globo optou então pela adaptação de um clássico da literatura infantil e juvenil dos anos 1930-1940, *O Sítio do Pica-pau Amarelo*, com enorme repercussão pedagógica e comercial, desdobrando-se em várias séries de produção.

Para os estudiosos da questão, contudo, o problema reside menos nos conteúdos ou na estética dos programas emitidos, e mais nas condições disponíveis em relação aos próprios receptores. Ganhando mal, obrigados a desdobrarem-se em diferentes escolas para garantirem o sustento; não dispendo de espaços específicos para a recepção dos programas, ou de tempo para estudar e realizar os exercícios; sem grandes perspectivas de promoção e de melhoria das condições de vida, que interesse poderia haver por parte dos professores e/ou alunos a serem atingidos por tais programações, em realmente acompanhá-las?².

² Um excelente estudo a respeito do tema pode ser encontrado em BELLONI (2002).

Mais do que isso, em muitos casos, como no Maranhão, por exemplo, tais programações perderam seu caráter supletivo para se tornarem substitutas de investimentos reais na formação educacional da população.

Não obstante tais dificuldades, Cosette Castro (2008, p.177, 180-181) mostra-se entusiasmada com as alternativas que a digitalização da televisão pode oferecer a educação a distância. Para ela, dependendo de como se desenvolver a segunda fase de implantação da televisão digital no país, e partindo de uma concepção transdisciplinar da educação a distância, todos aqueles antigos desafios poderão ser vencidos. Otimistamente, a pesquisadora defende que a educação a distância será potencializada pela televisão digital, na medida em que os conversores, num primeiro momento, ou os equipamentos já definitivos, num segundo período, possibilitarão, não apenas se pagarem contas em banco, enviar e receber *e-mails* e dispor-se plenamente da interatividade, quanto realmente se estudar – e aprender – com a televisão. O controle remoto a ser utilizado deverá ser diferente do até então conhecido, defende ela, na medida em que possibilitará que a televisão seja utilizada também como computador; por outro lado, a interatividade mudará o fluxo unilateral dos programas, como até então sempre ocorrera, transformando-os em uma experiência verdadeiramente dialógica, inclusive com o uso de *games*.

Marimar M. Stahl, conforme cita Marcos Formiga em artigo publicado na Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a distância (2003), parece concordar, em tese, com tal perspectiva, na medida em que defende a necessidade de formação do que denomina de comunidades educacionais eletrônicas, em que os ambientes de recepção de educação a distância seriam transformados em verdadeiras salas de aula virtuais, tal como já se vem fazendo hoje em dia em algumas empresas, com excelentes resultados,

Ambos os pesquisadores convergem, porém, para o fato de que o principal a ser resolvido é ultrapassar o atual patamar de preparo de professores no Brasil. O professor hoje em dia não está se preparando para lidar com as novas tecnologias e, por isso, na maioria dos casos, torna-se dependente de seus alunos ou é por eles desqualificado. Será fundamental que, urgentemente, se orga-

nizam cursos de alfabetização digital para os professores, cursos capazes de torná-los rapidamente aptos a lidar com as TIC's e, por conseqüência, mudar também sua maneira de relacionamento com os alunos, pois, como adverte Arlindo Machado (2001, p.106), as novas tecnologias criam um outro tipo de raciocínio e exigem uma outra maneira de pensar:

com ela [a informática], as imagens, os sons e os gestos corporais participam, da mesma forma que a palavra escrita ou falada, do processo de intelecção do mundo. Por essa razão, não é descabido o postulado corrente segundo o qual o analfabeto de nosso tempo já não é mais aquele que não sabe ler e escrever, mas sim aquele que não sabe articular um discurso multimidiático pleno.

O governo eletrônico

Dissemos, no início destas reflexões, que mais do que discutir tecnologia, a questão do uso das novas tecnologias implicava uma discussão política. Chegamos, agora, então, especificamente ao ponto. Para Pierre Lévy (2003, p.367),

as mídias interativas e as comunidades virtuais desterritorializadas abrem uma nova esfera pública em que floresce a liberdade de expressão. A Internet propõe um espaço de comunicação inclusivo, transparente e universal, que dá margem à renovação profunda das condições da vida pública no sentido de uma liberdade e de uma responsabilidade maior dos cidadãos.

Mas o autor (2003, p.368-381) alerta que a denominada ciberdemocracia não resulta do uso extensivo das TIC's, pura e simplesmente. Elas não mudam as relações políticas, se a própria política e seus agentes – os políticos – não mudarem eles mesmos. A grande novidade é que a antiga forma e funcionamento do espaço público clássico, tal como o estudou Jurgen Habermas, dependia essencialmente do sistema de mídia existente. A novidade das novas tecnologias é a liberdade absoluta de relacionamento, que resulta no que chama de *omnivisão*, caracterizada pela inclusão, a transparência e a universalidade dos processos de comunicação. Para ele, mais que tudo, o que interessa não é apenas a questão do voto eletrônico, que tem sido muito discutido por alguns pesquisadores, mas, sobretudo,

a possibilidade da deliberação. Neste sentido, ele retoma uma perspectiva ainda mais antiga, presente em Habermas, mas, sobretudo, oriunda do século XIX, segundo a qual (TARDE, 1992) a grande função dos jornais era, justamente, possibilitar a conversação entre as pessoas, e através dela, a formação do que então se batizou como opinião pública.

Estudos atuais mostram uma forte tendência para a transformação da Comunicação Política Governamental – CPG em governo eletrônico, definido por Hannia Veiga (2003, p. 138-164) como

conjunto de recursos técnicos y humanos organizados y destinados a realizar funciones informativas y periodísticas, capaces de contribuir a una correcta transparencia y publicidad em la ejecución de la política pública. [...] El gobierno brasileño es quizás quein mayor impulso há dado a la formulación y desarrollo de políticas públicas a favor de e-gobierno em América Latina. El mecanismo empleado para hacer efectiva esta decisión política es la Ordenanza Presidencial, es decir, los decretos emitidos por el poder Ejecutivo.

Historicamente, o processo começou em abril de 2000, quando a Casa Civil do governo brasileiro constituiu grupo de trabalho interministerial com o propósito de examinar e propor políticas, pautas e normas relacionadas com a nova eletrônica de interação de formas. Em seguida, o Governo (IZURIETA; PERINA; ASTERTON, 2003 e BARBOSA FILHO; CASTRO, 2008) encaminhou algumas resoluções fundamentais:

- a) universalização dos serviços de governo, por meio da promoção do acesso à Internet, buscando-se soluções alternativas, inclusive com a promoção de modelos de acesso coletivo ou de Internet compartilhada;
- b) colocação do governo ao acesso de todos, mediante a promoção da informatização da administração pública federal e do uso de modelos em suas aplicações de sistemas, inclusive com a concepção, protagonismo e fomento às aplicações dos serviços de governo;
- c) implantação de infraestrutura básica nacional de informação, garantindo uma infraestrutura avançada.

O governo brasileiro tem se preocupado, igualmente, com a adaptação e a criação de legislação pertinente ao avanço das atuais tecnologias de informação e de comunicação, tendo-se criado o Comitê de Informação, por meio do decreto 3.587, de 5 de setembro de 2000, constituindo-se também um Comitê Executivo do Governo Eletrônico que estudou e introduziu regramentos sobre o trâmite de documentos eletrônicos, garantindo inclusive a acessibilidade do Congresso Nacional a tal documentação, hoje, sancionada também eletronicamente.

Em 14 de julho do mesmo ano de 2000, aprovou-se a Lei 9.983, pela qual se estabeleceram regras básicas de segurança da informação no âmbito da Administração Pública Federal, assegurando proteção à informação de Governo e dos cidadãos; garantia de direito dos cidadãos à privacidade e, ao mesmo tempo, o direito ao acesso e consulta aos dados colecionados nos sistemas governamentais, previstos pela Constituição.

Mais recentemente, em 14 de maio de 2003, o Comitê Executivo do Governo Eletrônico decidiu criar oito câmaras técnicas para a coordenação das iniciativas do governo: a) implementação do *software* livre; b) inclusão digital; c) integração de sistemas; d) sistemas legados e licenças; e) gestão de *sites* e serviços *online*; f) infra-estrutura de rede; g) governo para governo; h) gestão do conhecimento e informação estratégica (BARBOSA FILHO, 2008, p.61, 73).

Com os atrasos verificados neste planejamento, uma das câmaras técnicas apresentou, em agosto de 2004, o “Programa Brasileiro de Inclusão Digital”, propondo, entre outras coisas, estimular uma política pública de inclusão digital; ampliar significativamente a proporção dos cidadãos, sobretudo os de classe C, D e E, com acesso às TIC’s; integrar e fomentar a implementação de espaços públicos de acesso comunitário por governos municipais, estaduais, iniciativa privada e sociedade civil às TIC’s; ao mesmo tempo em que dava maior ênfase a projetos específicos, como o “Casa Brasil”, criação de telecentros comunitários; “Programa computador para todos”, incentivando famílias de classe média baixa a adquirirem seu primeiro PC; buscar a capacitação digital da sociedade brasileira; “Programa Info-inclusão pelas escolas” (PROINFO), garantindo

acesso à banda larga por parte das escolas públicas, em todos os níveis; Centro Nacional de Referência em Inclusão Digital – criado em janeiro de 2008, pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, tem como objetivo integrar e dar visibilidade a projetos de inclusão digital desenvolvidos pelo Governo federal; Centro Nacional de Excelência em Produção de Conteúdos Digitais Interativos e Interoperáveis – resultado de encontro ocorrido em El Salvador, em fevereiro de 2008, encabeçado pelo Ministério de Ciência e Tecnologia, pretende envolver universidades, empresas e governos no sentido de produzir conteúdos digitais para ensino à distância, entretenimento, saúde, comércio, medicina, trabalho, administração pública, etc.

Deve-se lembrar, igualmente, algumas iniciativas importantes tomadas no Brasil. A Biblioteca Nacional, por exemplo, em seu site www.bn.br, permite pleno acesso a textos completos de centenas de obras de escritores brasileiros, além de um acervo extraordinário de jornais publicados no Brasil logo no início de nossa imprensa, ao longo do século XIX.

Por outro lado, o E-governo tem avançado celeremente numa série de medidas que verdadeiramente facilitam ao cidadão, especialmente aqueles que geralmente são excluídos de tais progressos, o acesso a informações e serviços. Para além do caso do INPS, que teve a tramitação de seus processos extremamente agilizados, o programa “Bolsa Família” já teria incluído 12,4 milhões de cidadãos, pessoas que podem, com o uso de um cartão magnético, tão somente, ter acesso a um sem-número de benefícios sociais altamente positivos para a sociedade³.

Em suma, e para terminar: nas áreas aqui abordadas, o que se observa é um conjunto de ações em processo. As avaliações poderão variar de boas a ótimas. Se elas, de fato, atingirem suas metas e beneficiarem a maior parte da população nacional, poderemos, quem sabe, falar, efetivamente, em desenvolvimento, com os cuidados devidos, já apontados por Edgar Morin. Se isso não ocorrer, uma vez mais o Brasil ficará devendo a sua cidadania, a otimização

³ “Mais 300 mil beneficiários no Bolsa-Família em maio”, Porto Alegre: Correio do Povo, 23.04.2009, p.19.

na aplicação das novas tecnologias que bem poderiam nos ajudar a encaminhar problemas históricos e desafios imensos que nos caracterizam ao longo de nossa história.

Referências

ARAÚJO, Denise Correa. O caráter pseudo da inclusão digital. In: ARAÚJO, Denize C. (Org.). **Imagem (ir)realidade: comunicação e mídia**. Porto Alegre: Sulina. 2006. p.66-78.

BARBOSA FILHO, André; CASTRO, Cosette. **Comunicação digital: educação, tecnologia e novos comportamentos**. São Paulo: Paulinas, 2008.

BELLONI, Maria Luiza. Ensaio sobre a educação a distância no Brasil. **Educação & Sociedade**. Campinas, UNICAMP, v. 23, n.78, Abr. 2002, p. 117 a 142.

BRITTOS, Valério Cruz. Televisão brasileira e barreira: as dimensões estética e regulamentar. In: JAMBEIRO, Othon; BOLAÑO, César ; BRITTOS, Valério (Orgs.). **Comunicação, informação e cultura**. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 2004. p.15-42.

CASTELLS, Manuel. Internet e sociedade em rede. In: MORAES, Dênis de (Org.). **Por uma outra comunicação**, Rio de Janeiro: Record, 2003. p.255-288.

CASTRO, Cosette. TV digital e EaD: uma parceria perfeita para a inclusão social. In: BARBOSA FILHO, André; CASTRO, Cosette. **Comunicação digital – Educação, tecnologia e novos comportamentos**. São Paulo: Paulinas. 2008. p.177-191.

CORRÊA, Cynthia H. Watanabe. Participação brasileira na rede social Orkut: estudo de comunidades. In: ESCOSTEGUY, Ana Carolina D.; GUTFREIND, Cristiane Freitas (Orgs.). **Leituras em comunicação, cultura e tecnologia**. Porto Alegre: EDIPUCRS. 2007. p.155-176.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina D.; GUTFREIND, Cristiane Freitas (Orgs.). **Leituras em comunicação, cultura e tecnologia**. Porto Alegre: EDIPUCRS. 2007.

FORMIGA, Marcos. Educação a distância no Brasil: o que está acontecendo nas empresas e escolas. **Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância no Brasil**. São Paulo: Associação Brasileira de Educação a

Distância –ABED, v.3, set.2003, online. Disponível em: http://www.abed.org.br/revistacientifica/_brazilian/edicoes/2003/2003_Edicao.htm. Acesso em: 15 abr. 2009.

FREY, Klaus. Desenvolvimento sustentável local na sociedade em rede: O potencial das novas tecnologias de informação e comunicação. In: **Revista de Sociologia e Política**. Universidade Federal do Paraná, n. 21, nov. 2003. p.165-185.

IZURIETA, Roberto; PERINA, Rubén M.; ASTERTON, Christopher. **Estrategias de comunicación para gobiernos**. Buenos Aires: La Crujía, 2003.

JAMBEIRO, Othon. Brasil na sociedade da informação: bases de um esquema de análise. In: JAMBEIRO, Othon; BOLAÑO, César; BRITTOS, Valério (Orgs.). **Comunicação, informação e cultura: dinâmicas globais e estruturas de poder**, Salvador: EDUFBA. 2004. p.67-83.

LEVY, Pierre. Pela ciberdemocracia. In: MORAES, Dênis de (Org.). **Por uma outra comunicação**. Rio de Janeiro: Record. 2003. p.367-384.

MACHADO, Arlindo. **O quarto iconoclasmo e outros ensaios hereges**. Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos, 2001.

MAIS 300 mil beneficiários no Bolsa-Família em maio. **Correio do Povo**. Porto Alegre, 23 abr. 2009, p. 19.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Globalização comunicacional e transformação cultural. In: MORAES, Dênis de (Org.). **Por uma outra comunicação**. Rio de Janeiro: Record. 2003. p.57-86.

MORIN, Edgar. Uma mundialização plural. In: MORAES, Denis de (Org.). **Por uma outra comunicação**. Rio de Janeiro: Record. 2003. p.349-366.

MORAES, Dênis de (Org.). **Por uma outra comunicação – Mídia, mundialização cultural e poder**, Rio de Janeiro: Record, 2003.

_____. **Globalização, mídia e cultura contemporânea**. Campo Grande: Letra Livre, 1997.

PACHECO, Anelise; VAZ, Paulo (Orgs.). **Vozes no milênio**. Rio de Janeiro: Museu da República/Gryphus. 2002.

RAMOS, Murilo César. TV por assinatura: segunda onda de globalização da televisão brasileira. In: MORAES, Dênis de (Org.). **Globalização, mídia e cultura contemporânea**. Campo Grande: Letra Livre, 1997. p.135-166.

_____. O Estado e a comunicação no Brasil. In: RAMOS, M.; BIANCO, Nélia R. del (Org.). **Estado e comunicação**. Brasília/São Paulo, UNB/INTERCOM, 2008. p.23- 34.

STAHL, Marimar M. Formação de professores para uso das novas tecnologias de comunicação e informação. In: CANDAU, Vera M.(Org.). **Magistério: construção cotidiana**. Petrópolis: Vozes. 1997. p. 292-317.

SANTOS, Luiz Alberto dos. O marco regulatório da comunicação social eletrônica no Brasil. In: RAMOS, Murilo César; BIANCO, Nélia R. del (Org.). **Estado e comunicação**. Brasília-São Paulo: UNB/INTERCOM, 2008. p. 43-57.

SILVA, Juremir Machado da. Mídia e espaço público: tecnologia libertária e esfera pública. In: PACHECO, Anelise; VAZ, Paulo (Orgs.). **Vozes no milênio: para pensar a globalização**. Rio de Janeiro: Gryphus, 2002. p.157-164.

TARDE, Gabriel. **A opinião e as massas**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

VEGA, Hannia. La comunicación de gobierno y Internet. In: ZURIETA, Roberto; PERINA, Rubén M.; ARTERTON, Christopher (Orgs.). **Estratégias de comunicación para gobiernos**. Buenos Aires: La Crujía, 2003. p. 31-185.